

A QUESTÃO AGROTÓXICO EM DEBATE

ROMERO MARINHO DE MOURA^{1,2,3}

¹Academia Brasileira de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

²Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

³Universidade Federal de Pernambuco, Instituto de Ciências Biológicas, Departamento de Micologia, Recife, Pernambuco.

Autor para correspondência: romeromoura@yahoo.com.br

Após a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma grande explosão demográfica no ocidente, decorrente do fenômeno que ficou conhecido como *baby boom* (nascimento exagerado de bebês). Esse fenômeno foi muito evidente na década de 1950. Com isto, a demanda por mais e melhores alimentos passou a ocupar as manchetes dos jornais das grandes cidades e motivar discursos políticos. Os países mais pobres e atrasados culturalmente, especialmente aqueles do Nordeste africano, passaram a ser exibidos ao mundo por meio de fotos de populações na mais absoluta miséria, ao meio da desnutrição e fome generalizada. A mortalidade infantil gerou índices nunca registrados. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento, mesmo aqueles vencedores da Grande Guerra, inclusive o Brasil, eram caracterizados por meio da mídia pelos altos índices do pior dos flagelos da humanidade: a fome. Os governos agiram de modo rápido e ações foram implementadas. Entretanto, com o passar das décadas, o quadro geral pouco mudou. Com tristeza, pode-se afirmar, nos dias de hoje, que o mapa da fome nos países e continentes mais pobres não foi alterado significativamente. No que concerne ao Nordeste africano, por exemplo, a fome continuou no mesmo patamar, ou pior, pois permaneceram as mesmas cenas de desnutrição, agravadas por crises sociais, provocadas por revoluções e guerrilhas internas entre facções ideológicas e religiosas. Quanto ao Brasil, mesmo com as atividades agropecuárias ocupando destacada liderança na composição do PIB nacional e nas exportações, ainda não conseguiu erradicar a fome do seu território.

Com uma agricultura movida à tecnologia das mais desenvolvidas do mundo, sob a liderança e regência da Embrapa, e com um agronegócio altamente rentável e desenvolvido, o Brasil possui ainda hoje, segundo estimativa da FAO (2012-2014) 3,4 milhões de desnutridos, vivendo na miséria e sofrendo com a fome. Por outro lado, diante de uma visão futurística assustadora, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabeleceu um projeto para a erradicação da fome no Mundo, com meta a ser atingida no ano 2050. Afinal de contas, a FAO tem registrado como dados básicos das suas programações o fato de que, atualmente, a cada dia, 12 mil crianças, com menos de cinco anos de idade, morrem de fome ou por problemas associados à fome, e que 1 bilhão de pessoas no mundo sofrem com a falta de alimentos. Aliás, com efeito, a Ministra da Agricultura, Sra. Katya Abreu, em recente reunião com dirigentes do Banco Mundial, em Washington DC, assegurou que o Brasil, em breve, aumentará a sua produção de alimentos em 40%, contribuindo significativamente com as metas da FAO. A Senhora Ministra tem consciência de que não falta ao Brasil o potencial agrícola necessário para atingir o aumento porcentual discursado. Portanto, a ordem mundial atual é: “priorizar o aumento da produção de alimentos.” Mas, como conseguir este aumento em termos mundiais neste momento em que a disponibilidade de áreas agricultáveis diminui a cada dia com a expansão desordenada das grandes metrópoles, especialmente no continente europeu? Como atender a demanda por mais alimentos com esta diminuição de áreas agricultáveis ao mesmo tempo em que ocorre aumento populacional, também sem controle, na maior parte do mundo, com destaque para os países pobres e os em desenvolvimento? A solução vem com o aumento da produtividade das lavouras que inclui, necessariamente, o aumento do uso de agroquímicos, a exemplo dos agrotóxicos e micronutrientes, ambos reconhecidos como prejudiciais ao homem e ao meio ambiente.

Reverendo a situação da agricultura no Brasil, a partir do fim dos anos quarenta e início da década de 1950, constata-se que a tecnologia de campo era incipiente, o controle governamental das ações da agricultura no campo, via legislação, inexistente ou desatualizada, e a pesquisa agropecuária estagnada. Na década de 1950 o Brasil, de início, viveu e sofreu com os quatro primeiros anos de uma política partidária e governamental retrógrada (golpismo da oposição e trabalhismo populista do governo). As crises sociais eram quase

permanentes devido à pobreza e a marcante desigualdade econômica entre as classes da população. Tudo isto culminou com uma tragédia humana inesperada: o suicídio do Presidente da República, que provocou turbulências sócioeconômicas e políticas de toda natureza no país. A década foi concluída com outro período presidencial, agora com metas exclusivamente voltadas para o desenvolvimento industrial e construção de Brasília. Assim sendo, a agricultura brasileira foi literalmente esquecida durante a década de 1950, apontam os registros da época, já considerados históricos. Em contraste, naquela década, a indústria dos então defensivos agrícolas encontrava-se em fase de expansão nos países desenvolvidos, haja vista as extraordinárias contribuições sócio-sanitárias e fitossanitárias advindas do uso do inseticida DDT (dicloro-defenil-tricloroetano) e seus similares organoclorados, desde o início dos anos quarenta. O efeito inseticida do DDT foi descoberto em 1938 e a patente registrada na Suíça em 1940. Pelo seu feito, considerado de máxima importância médica, social, agrônômica e veterinária, o descobridor do DDT, o químico suíço Paul Hermann Müller (1889-1965), foi reconhecido com o Prêmio Nobel de Medicina, em 1948. O DDT, considerado de início e até os anos 1960, como um produto maravilhoso, protegeu os soldados americanos do tifo epidêmico, controlando pulgas e percevejos, e dos incômodos causados pelos mosquitos nos famosos campos de batalha do sul do Pacífico, ao fim da Segunda Guerra. Ao mesmo tempo, transformou os lares nos Estados Unidos em ambientes livres de todos os tipos insetos. Pode-se afirmar que milhares de vidas foram salvas pelo uso do DDT. No pós-guerra, o DDT tornou-se “a salvação da lavoura”, com resultados igualmente extraordinários em termos de lucratividade e controle de pragas no campo. No Brasil, o DDT e seus similares, a exemplo do BHC (hexa-cloreto-de-benzeno), aldrin e dieldrin, controlaram eficientemente, sempre com significativo retorno econômico as pragas do algodoeiro, coqueiro, fumo, plantas cítricas, cafeeiro, cana-de-açúcar etc. Esses inseticidas foram as principais armas do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde nas suas campanhas fitossanitárias e sócio-sanitárias, respectivamente, muito frequentes naquelas décadas. É importante ser mencionado que a ação do DDT no controle dos insetos vetores de doenças de humanos e de animais domésticos no Brasil foi de uma eficiência até hoje nunca igualada, reduzindo incidências de males, especialmente a malária, febre amarela e filariose linfática, tanto no Norte quanto no Nordeste do

Brasil. Na prática, o DDT mostrava-se atóxico ao homem e aos animais domésticos, pois o contato direto com o produto, inclusive inalações, não causavam nenhum efeito aparente, sequer sintomas de alergia na maioria das pessoas. O odor dos produtos comerciais era considerado agradável e perfeitamente tolerável. O verbo dedetizar passou a ser conjugado com alta frequência no mundo inteiro. Com isto, estabeleceu-se o conceito de que se tratava de um produto imprescindível ao bem estar social. Entretanto, nos idos de 1960, o DDT passou a ser combatido fortemente nos Estados Unidos por questões ecológicas e de saúde pública, devido a presença de resíduos do princípio ativo em alimentos, por ser indutor de mortandade de pássaros e peixes prejudicando a vida selvagem. Foi responsável por contaminações em todos os tipos de carne, queijos e, o pior, do leite materno. A campanha de combate ao DDT foi épica e vitoriosa, tendo sido encabeçada pela bióloga Rachel Carson. O final veio com a proibição da fabricação e comercialização do DDT e similares organoclorados nos Estados Unidos e, mais adiante, nos demais países desenvolvidos ou em desenvolvimento. No Brasil esta proibição demorou a acontecer, efetivando-se, apenas, em 2009. Comprovadamente, muitas pessoas e biosistemas foram prejudicados por esta demora. O DDT criou na agricultura e na saúde pública uma grande dependência no uso dos defensivos químicos sintéticos.

Passada a era do DDT, a indústria dos defensivos agrícolas tomou um novo impulso nos Estados Unidos e na Europa, com a fabricação de novos produtos controladores de insetos e de outros agentes prejudiciais à agricultura. Este impulso foi motivado pela crescente necessidade de mais alimentos no mundo e pelo aumento nas incidências de doenças e pragas epidêmicas, principalmente nas monoculturas, à época, cada vez mais extensas e numerosas. Com isto, a indústria dos defensivos agrícolas passou a pesquisar e produzir novas moléculas biocidas, que pudessem ser acaricidas, fungicidas, inseticidas, nematicidas, herbicidas e raticidas. As pesquisas individuais por essas novas moléculas eram, e ainda são, de longa duração, em média, 5 a 10 anos, para a obtenção de uma que possa gerar um novo produto comercial. Após serem liberadas, as moléculas selecionadas rapidamente se espalhavam pelo mundo, na composição de novos produtos comerciais, vendidos por diferentes companhias multinacionais, com atuação em todos os continentes. Devido às pressões de venda pela propaganda, a altíssima rentabilidade

do comércio e moderna eficiência de *marketing*, tornou-se iminente o uso indiscriminado desses novos produtos a céu aberto, sobre quase todos os tipos de alimentos e nas proximidade de todos os tipos de biomas. As indústrias produtoras de defensivos agrícolas passaram a constituir um bloco extraordinariamente forte do ponto de vista comercial, com movimentação financeira da ordem de bilhões de dólares anuais. É bom ser ressaltado que a maioria dessas indústrias, além dos defensivos das lavouras, sempre produziu medicamentos para humanos e produtos veterinários, entre outros artigos, sendo, portanto, de alta credibilidade social. Entretanto, conforme o que já se previa, igualmente ao DDT, os novos defensivos agrícolas, passaram a ser utilizados indiscriminadamente, em todo tipo de agricultura e, na maioria dos países, sem nenhum controle governamental. O *marketing* de vendas enfatizava sempre nos contatos com o agricultor: “aplique mais, para colher cada vez mais e melhor”. Por meio de seus bem treinados vendedores, quase todos agrônomos, eram distribuídos entre os agricultores os “calendários fitossanitários”, que indicavam as épocas de aplicação dos produtos da companhia, para cada cultura, e para cada uma das suas principais doenças e pragas, independentemente da ocorrência dos males no campo. Um absurdo! Nessa situação, e favorecidas por fatores como o baixo índice educacional do trabalhador rural, principalmente no Nordeste brasileiro, pela ausência de agrônomo extensionista efetivo no campo e, em face à pressão de venda dessas companhias multinacionais, estabeleceu-se um verdadeiro caos no campo. Como conseqüências, tornaram-se freqüentes, até hoje, na grande maioria das lavouras, três problemas gravíssimos: diagnósticos fitossanitários errados, uso de agrotóxicos inapropriados e desrespeito aos períodos de carência. A partir dos anos de 1970, quando surgiram de modo mais eficiente os registros toxicológicos brasileiros, os pesquisadores passaram a catalogar casos de intoxicações agudas, crônicas e suicídios entre os agricultores, que atingiram níveis intoleráveis. Os mananciais hídricos, residências e pessoas em geral passaram a ser contaminados em altos riscos. O ar que se respirava no campo e nas residências circunvizinhas passou a ter agrotóxico na sua composição. Igualmente, a poeira passou a ser veículo de resíduos de agrotóxicos vindos do campo, que atingia as cidades mais próximas. Paralelamente, eram encontrados pelos pesquisadores, em diversos tipos de amostras, resíduos de agrotóxicos em quase todos os tipos de frutas, verduras, carnes e leite,

inclusive em leite materno. O estado de São Paulo, que na década de 1980 já liderava a agricultura e a economia brasileira, passou a liderar também os casos de intoxicação e contaminação por agrotóxicos. Em 1989, devido a crescente preocupação da população em geral e, especialmente, devido aos movimentos ambientalistas no Brasil, motivados pelos riscos crescentes advindos do mau uso dos agrotóxicos, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a Lei dos Agrotóxicos, de número 7.802/89, que ficou conhecida também por Lei Sarney, em alusão ao nome do Presidente da República, na época da sua promulgação. Com a nova Lei, a denominação defensivo agrícola deu lugar ao termo agrotóxico. A composição desta Lei é considerada boa pelos pesquisadores fitossanitaristas, igualmente pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal). A Lei dos Agrotóxicos pode ser atualizada, quando necessário, mediante decretos governamentais e portarias ministeriais. É sabido que a burocracia intensa, ações de lobistas e má conduta das oposições políticas partidárias, engavetando processos, dificultam significativamente as ações decisórias, retardando licenças e proibições. Por exemplo, alguns agrotóxicos altamente lesivos ao homem e ao meio ambiente, a exemplo do glifosato, encontram-se com o seu pedido de proibição de uso no território nacional tramitando nos órgãos governamentais pertinentes há mais de 10 anos. Não restam dúvidas de que a Lei dos Agrotóxicos e seus adendos representam um grande avanço para o país, mas, nos dias de hoje, a despeito deste avanço, “questão agrotóxico” no Brasil ainda é de máxima gravidade médica-social. Paralelamente a essas situações, sabe-se, nos meios agronômicos, que não pode haver agricultura desenvolvida, com fins empresariais, ou seja, que gere lucro, sem o uso dos agrotóxicos. É por isto que no agronegócio, devido às exigências do comércio de exportação em termos de fiscalização de limites residuais, o uso dos agrotóxicos é feito com competência. Este fato não é verdadeiro para a produção agrícola destinada ao comércio interno. Devido a isto, o que se vê hoje é a população assustada com os dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (Para), coordenado pela Anvisa, que apresenta em relatórios finais, todos os anos, e parciais, ao longo do ano, informações toxicológicas alarmantes! Em síntese, os problemas continuam crescentes, a população se vitimando permanentemente e a questão agrotóxico desafiando os governos. Em matéria recentemente publicada pela Anvisa, foi

mostrado que o Brasil ocupa desde 2008 o primeiro lugar no *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos. Segundo a mesma matéria, enquanto nos últimos anos o mercado mundial do setor cresceu 93%, no Brasil o crescimento foi de 190%, considerado exagerado e inadmissível! Segundo a Abrasco (Agência Brasileira de Saúde Coletiva), 70% dos alimentos consumidos atualmente no Brasil estão contaminados por agrotóxicos. Ainda, segundo a Anvisa, 28% dessas contaminações são por produtos não autorizados neste país ou banidos da Comunidade Européia e dos Estados Unidos, mas permitidos no Brasil. Com efeito, toneladas de agrotóxicos não autorizados para uso no Brasil são anualmente apreendidas pela Polícia Federal, em diferentes regiões agrícolas do território nacional, trazidas pelo constante contrabando via fronteiras. Finalmente, o registro mais grave. O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag) informou que no Brasil a venda de agrotóxico saltou de 2 bilhões de dólares para mais de 7 bilhões, entre 2001 e 2008, alcançando valor recorde de 8,5 bilhões em 2011. Assim, já em 2009, o Brasil alcançou a indesejável posição de maior consumidor mundial de agrotóxico, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que equivale a um consumo médio anual de 5,2 Kg de veneno agrícola por habitante, estimou “Londres, 2011” *apub* Abrasco, 2015.

Talvez o mais importante documento sobre a questão agrotóxico que veio ao público nos últimos anos no Brasil foi, sem dúvida, o “Dossiê Abrasco”, publicado em 2012, e a sua versão revisada em 2015, lançada em evento na Universidade do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 2015. Trata-se de um documento muito informativo que apresenta dados assustadores sobre o tema agrotóxico e que deve ser lido por todos, pois o documento trata de questões imediatas de saúde pública. Ambas as versões estão disponibilizadas para o grande público via internet. Complementando as ações relativas ao tópico agrotóxico, neste ano de 2015, o Instituto Nacional de Câncer (Inca), que é um dos mais importantes e conceituados órgãos do Ministério da Saúde, tornou público as suas posições definitivamente contrárias ao uso dos agrotóxicos, indicando a necessidade urgente da redução do uso desses produtos, mostrando justificativas. Esse pronunciamento foi feito por meio de uma nota lançada ao público, na qual, de modo enfático, colocou os seus conceitos e a sua posição, principalmente sobre a relação entre agrotóxicos e o câncer. A nota teve como título “**Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José**

Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos". Em resposta, quase imediata, a Andef, preocupada mais com a agricultura, publicou em 07 de abril de 2015 uma nota desqualificando as posições do Inca, considerando-as anticientíficas e sem fundamentos objetivos. A matéria teve por título: "**Nota sobre o posicionamento do INCA acerca dos defensivos agrícolas**". No documento, a Andef realçou a imperiosa dependência da agricultura moderna no uso de agrotóxicos, classificando-os como seguros e indispensáveis. Em réplica, e em nota conjunta, agora envolvendo o Inca, a Fiocruz e a Abrasco, defenderam veementemente os seus pontos de vista, apresentados na Nota anterior, e fizeram sérias críticas à Andef, em publicação com o título: "**Uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente**". Nesta Nota, os autores chegaram a questionar a seriedade profissional da Andef, devido ao seu relacionamento orgânico com a indústria dos agrotóxicos, que movimenta bilhões de dólares anualmente, afirmando, também, que as empresas multinacionais que lidam com agrotóxicos, e que operam no Brasil, fazem parte de seu quadro de instituições associadas. O mundo agrônomo, que reconhece a Andef como um órgão prestador de bons serviços às Ciências Agrárias, ficou atônito diante à polêmica formada. Com quem está a razão? Com o Inca, que afirma que os agrotóxicos são causadores de câncer e de danos ao meio ambiente e por isto devem ser gradativamente retirados de uso, ou a Andef, que assegura que os agrotóxicos fazem parte da agricultura moderna de alta produtividade, que são seguros, proporcionam lucros aos empresários rurais, divisas para o país e mais alimentos para as populações? O leitor poderá tirar suas próprias conclusões lendo, a seguir, os três documentos acima mencionados.